

“NÃO SE NASCE MULHER, TORNA-SE MULHER” : A (RE)CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO E A SUPERAÇÃO DE LIMITAÇÕES TEÓRICAS

Juliana Rodrigues de Lima Lucena

Mestranda em História Social da Cultura regional – UFRPE e Membro do GEHISC
juleslucena@yahoo.com.br

E quando avançamos um passo mais e dividimos a idéia de mulheres nas suas múltiplas e por vezes contrastantes partes, não estamos a fragmentar a história, mas sim a criar a possibilidade de uma paleta explicativa mais ampla.

As discussões de gênero enquanto campo da história tiveram mais visibilidade com a consolidação da História Cultural, contudo, é com as várias possibilidades de abordagens e representações dessa nova perspectiva dos estudos históricos, que a história das mulheres pôde ser contada e percebida em suas nuances, mostrando que, enquanto seres históricos, tiveram ativa e significativa participação, em grandes e pequenos eventos, na lutas das grandes revoluções, na busca por seus direitos ou na sua vida privada e cotidiana em constantes “confrontos” entre a sua realidade pessoal e a estabelecida socialmente.

Em uma sociedade que, segundo Stuart Hall, percebe-se em uma época onde se é protagonizada a diferença enquanto definidora de papéis sociais, pois, a partir dos anos 60 o debate de temáticas como identidade, gênero, raça e sexualidade foram intensificados de maneira vertiginosa, no qual os movimentos sociais nas ruas pouco a pouco rumaram à academia a fim de questionar o discurso e as relações de poder que até então preponderavam nas ciências.

Alice Kessler-Harris em seu artigo: Que é história de gênero hoje? explica qual deve ser a tarefa da história de gênero, que deve primeiramente iniciar-se a partir da recuperação dos fatos e dos dados, mas que esse passo representa apenas uma etapa da investigação histórica contínua. A etapa seguinte é garantir que esses fatos recuperados adquiram um significado, para que tenham a capacidade de “preencher as lacunas nas obras daqueles que parecem mais distantes da história das mulheres.” Para, dessa maneira, entender que a história de gênero contribuiu e ainda contribui para moldar a concepção de poder e de como o gênero teria afetado a compreensão histórica da formação da subjetividade e da identidade, assim como na formação das classes, do estado e da própria concepção de construção da nação.

No tocante as relações de gênero, a sexualidade aparece como status indicativo para a compreensão das construções das identidades de homens e mulheres enquanto elemento fundamental para se erigir relações de poder que são estabelecidas a partir de discursos hierarquizantes, e o historiador não deve mais ater-se na busca de “verdades” e “mentiras” e sim tentar entender os motivos que levaram esses discursos a produzirem um sentido e que esse possui possibilidades de representações. É a história passando a ser vista como uma construção, como resultado de interpretações, de representações.

No que concerne à sexualidade percebe-se nos discursos construídos pela historiografia que a sexualidade é vista e resumida enquanto ato sexual, algo inato, natural e/ou fundamentalmente biológico, os sujeitos da sexualidade são/estão inseridos em um contexto de sexo reificado, muitas vezes baseados em discursos científicos (médicos e biológicos), em que as pessoas são estigmatizadas, identificadas pelo sexo que fazem e ao qual “pertencem”, não se levando em consideração aspectos psicológicos, identitários e culturais, apenas práticas e costumes configuravam aquilo que se entendia por sexualidade humana.

Não obstante, apesar dessa hegemonia de poder vigente, os movimentos sociais nos anos 60, particularmente os movimentos feministas e de Gays e Lésbicas, juntamente com o surgimento da pílula anticoncepcional, novas tecnologias reprodutivas e o amplo debate e a campanha de prevenção à AIDS, tiveram um grande impacto sobre o discurso dominante, propiciando um debate divergente daquilo que se propunha resumidamente enquanto sexualidade. Gênero e sexualidade estavam nos discursos, não mais silenciados ou sussurrados e embora sexualidade fosse “natureza”, não podia ser a ela reduzida. Uma vez que a própria natureza é uma construção sócio-histórica e se constitui por meio da linguagem, de símbolos, de representações e também se reconstrói historicamente. Dessa maneira, a sexualidade também é produzida cultural e socialmente. Os prazeres, desejos, rituais e fantasias não estão dados no contexto, este vai se estendendo de forma dinâmica com os seus sujeitos e relações, havendo uma combinação de sentidos, representações e atribuições.

Para Michel Foucault a sexualidade é um dispositivo histórico de poder, uma forma de invenção social que se constitui historicamente, e é em um sentido mais amplo, no da cultura que se definem identidades sociais, não só as sexuais, mas também as de classe, raça, nacionalidade, etc., constituindo assim, os sujeitos não

mais resumidos a sua sexualidade, mas como membros de uma sociedade cultural e historicamente constituída.

Porém, a História enquanto ciência dependeu das representações dos homens que por muito tempo foram os historiadores à investigar o passado e logo a história dos homens tornou-se universal, um bom exemplo disso, é a forma “androcêntrica” como se tem chamado o individuo humano de “homem” o qual abrangia as mulheres que muitas vezes estavam marginalizadas dessa construção. Como informa Ana Colling, “foi necessária muita criatividade para inventar a mulher como um sujeito autônomo”.

Para se recuperar a presença da mulher na história tornou-se necessário a construção de um novo olhar, de uma nova metáfora, desconfiando das categorias dadas enquanto universais, mas sem deixar de destacar as singularidades. Dessa maneira, as definições de gênero e suas complexidades enquanto campo da História é fruto de uma nova episteme das ciências sociais, como afirma Rachel Sohiet quando fala que:

As contribuições recíprocas decorrentes da explosão do feminismo e das transformações na historiografia, a partir da década de 1960, foram fundamentais na emergência da História das Mulheres. Nesse sentido, ressaltam-se as contribuições da História Social e da História das Mentalidades, articuladas ao crescimento da antropologia, decisivas nesse processo, em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História.

Constata-se então, que a História das Mulheres dentro da análise da categoria de gênero é um estudo intrinsecamente político e que, sendo assim:

[...] não há jeito de se evitar a política – as relações de poder, os sistemas de convicção e prática – do conhecimento e dos processos que o produzem; por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político.

Desta forma, não se trata apenas de dar lugar às mulheres nas narrativas históricas, mediante todas as conquistas do movimento feminista, desde o século XIX e frente à tomada de espaços importantes pelas mulheres no âmbito social, mas transpor essas fronteiras e perceber as mulheres enquanto seres construtores das práticas sócio-culturais.

As conquistas dos estudos e lutas feministas nas universidades e em vários outros lugares de discussão social geraram impactos nos discursos e nas relações de

poder de uma sociedade andrôcentrica e no entendimento de gênero e seus sujeitos. A medida que esses seres são constituídos e questionados nas relações de poder, diante de um contexto de adversidade entre homem e mulher, onde o primeiro sexo seria o dominante e o segundo o dominado na lógica binária de teoria/prática, público/privado, razão/sentimento, proporcionou às feministas a posição de sujeitos do conhecimento, produzindo novas formas de saber e poder.

Dessa maneira, as feministas também atentaram para o fato que ser mulher e ser homem é cultural, não se nasce homem e mulher, mesmo o biológico tendo sua importância, pois antes de tudo o gênero é uma construção e as relações de poder transformam homens e mulheres em sujeitos, e esses sujeitos são constituídos discursivamente. Esses protagonistas de gênero e sexualidade são produzidos e reproduzidos de forma contínua ao longo da história de diversas maneiras, em uma constante de possibilidades, sociabilidades e instabilidades. Tornando-se ainda mais complexos, pois, além de serem sujeitos de gênero ainda são sujeitos de raça, religião, nacionalidade, classe, etnia e etc, ou seja, reduzi-los a um conjunto biológico é simplificar sua natureza.

Joan Scott, em seu artigo, História das Mulheres, enfatiza a necessidade de se estudar esse campo em um âmbito político e mostra a importância de se firmar um outro caminho de conhecimento para o estudo de gênero, pautado em novos conceitos. Os estudos nas áreas da Antropologia, História Social, História das Mentalidades e da História Cultural ergueram as mulheres à condição de objeto e sujeitos da História o que, de certa maneira, vai de encontro ao movimento da historiografia dominante, herdeira do iluminismo, que trabalha com a lógica da participação diferenciada dos dois sexos.

Essa exclusão das mulheres da vida pública deve-se aos discursos masculinos dominantes, pois, foram os homens (juristas, médicos, pais, legisladores e religiosos) que, ao longo do tempo, representaram socialmente as mulheres. A História de Gênero ao pensar e questionar o poder, ao expor conexões entre privado e público, ao examinar os sujeitos e suas inserções e práticas nas relações de poder, foi de grande importância para outras áreas do conhecimento. Os estudos culturais, que percebem a necessidade de se compreender a linguagem para se entender o mundo e sua construção cultural, puderam, juntamente com a Filosofia, a Educação e a Sociologia fazer uso dos estudos de gênero, no qual esse envolvimento teórico dentre várias áreas do conhecimento humano pôde produzir um outro tipo de intelectual. Pois, a reflexão exige mais que apropriação dos saberes, mas supõe o compromisso com seu tema e seu objeto. Essa desconstrução implica em questionamentos de

estruturas, hierarquias, e dá aos movimentos sociais espaço para disputa de conhecimento epistemológico.

É também percebido, que a “História das mulheres” não é só delas, é da família, da mídia, da criança e está diretamente ligada à história dos homens e das relações de poder, mediante uma sociedade machista/heteronormativa, que dita as regras de convivência, definindo papéis sociais.

A própria anatomia é utilizada para relegar as mulheres a uma condição de “inferioridade” biológica diante dos homens, o que ratifica a construção de um discurso baseado nas observações médicas que, dessa maneira, procuram estabelecer os lugares sociais de gênero.

“Anatomia é destino”. É o aforismo proferido por Freud em 1912 como uma forma de resposta ao movimento feminista que insurgia e que, segundo ele, reafirmava o lugar da mulher no processo constituinte da sociedade, ou seja, no centro da família, cuidando dos filhos e do casamento.

A questão que mais permeia os estudos acerca das mulheres é que a natureza e o meio cultural determinam os espaços das mulheres e impõem certos limites em seu transitar, demonstrando assim, o quão delicada é a questão de sua colocação social.

Esses discursos foram, por muito tempo, utilizados na construção das sociedades patriarcais e de suas relações de poder, que vem dominando a história do mundo ocidental moderno e que já teve o seu início marcado na Antiguidade, em cujas sociedades as mulheres estiveram às margens da vida pública de sua comunidade, privadas de quaisquer direitos políticos e muitas vezes malogradas e destinadas à vida reclusa do lar, reafirmando a sua condição de “cidadãs de segunda classe” .

Michelle Perrot assinala que:

Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre. Participando ativamente do poder, elegendo e sendo eleito. Enquanto a mulher depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher pública (também dita “rapariga”) é uma mulher comum, que a todos pertence .

Logo, “para as mulheres cabia o privado e seu coração, a casa. Para os homens, o público e a política, seu santuário”. Mas essa concepção encontra-se em desuso, uma vez que estudar a história das mulheres, é buscar cada vez mais a inserção dessas damas na historiografia, que de certa maneira, acompanha a inclusão social e política feminina.

Uma das possibilidades de se compreender essa situação social das mulheres pode ser percebida ao analisarmos as relações de poder travadas nas lutas do cotidiano entre homens e mulheres no Recife dos anos de 1950 a 1964, partindo de indivíduos que ousaram transitar nos espaços públicos, ainda em meio a uma mentalidade repressora e machista

Tal divisão de papéis sociais, que historicamente reserva à mulher o espaço do privado e ao homem o público, passa a ser passível de questionamentos, mediante as transformações que chegam com a modernidade e a própria revolução sexual que já começa a adquirir seus contornos na década de 1950 e mais fortemente no início dos anos 60.

Nesse sentido cabe buscar a compreensão do que são os espaços públicos e privados, afim de tentar entender as relações de poder entre os gêneros. Para a definição de “Público” cabem dois sentidos que parcialmente se recobrem: O primeiro, da “esfera pública” por oposição à esfera privada designa o conjunto, jurídico ou consuetudinário, dos direitos e dos deveres que delineiam uma cidadania; e o segundo trata dos laços que tecem e que fazem a opinião pública, ou seja o que faz a mentalidade coletiva. Perrot nos mostra um “espaço público” que se equivale amplamente à cidade, como um espaço sexuado em que homens e mulheres se encontram, se evitam ou se procuram.

O espaço público apresenta-se modelado pela palavra e a sua circulação, o que reforça ainda mais o caráter discursivo de sua construção. Para melhor compreender tal fato, basta lembrar a legendária *Olympe de Gouges*, que, após lutar juntamente com os homens pelos ideais burgueses na Revolução Francesa, envergando o lema da *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*, teve o seu fim na guilhotina. Contudo, suas palavras ainda ressoam provocantes: “Se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela também deve ter o direito de subir a tribuna”. E no reino da palavra a escrita é uma das primeiras conquistas femininas e que, irônicamente, a que teve mais resistência. Não obstante, até mesmo nesse lugar “secreto” da escrita, as mulheres enfrentaram a marginalização, tendo de assumirem

pseudônimos masculinos uma vez que para a maioria das mulheres, acostumadas ao silêncio, tomar a palavra ainda é uma tarefa difícil.

Perrot ainda indica os chamados “três bastiões de resistência” à entrada da mulher no mundo público e do poder: 1) o militar; 2) o religioso; 3) e o político. Atualmente esses bastiões representam santuários que, praticamente fogem ao mundo feminino e são os núcleos de poder, são centros de decisões públicas e, ao mesmo tempo, são símbolos da diferença entre os sexos. Esses “símbolos” produzem um efeito de sentido que busca uma legitimação do poder dominante, que constrói seu discurso através do que Pierre Bourdieu chama de Poder Simbólico e através da violência simbólica.

Nesse sentido, pode-se admitir que essa violência se exerce sobre as mulheres prioritariamente, então não se pode imaginar que somente sendo do sexo feminino é que se tem uma visão da história das mulheres, porque a visão feminina é “colonizada, dominada, que não se vê a si própria”. Por esse motivo é que a História das Mulheres precisa determinar um objeto maior e esse deve ser o estudo dos discursos e das práticas que garantam que as mulheres consentam nas representações, que ainda as dominam em relação as diferenças entre os sexos.

Entendendo essa “permissão” dada – consciente ou inconscientemente – pelas mulheres a sua “submissão” pelos homens é que se pode compreender a História dos Gêneros, como uma relação que produz saberes e que é uma categoria de análise que permite reescrever a História, levando em consideração o conjunto das relações humanas. Essa seria uma história que interroga o conjunto da sociedade.

São as sociedades, as civilizações que conferem significado à diferença. Portanto, não há verdade na diferença entre os sexos, mas um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la. [...] As relações entre homens e mulheres, que implicam desigualdades políticas, econômicas e sociais, e que configuram papéis diferenciados segundo o sexo, estão intimamente ligadas ao princípio de hierarquia”.

É nessa dualidade camuflada de diferenças, que se pode entender o lugar das mulheres, numa relação dinâmica, amorosa ou indiferente, desejante ou até mesmo conflituosa. E ironicamente o espaço que ao mesmo tempo as regula e as exprime, as torna visíveis. Daí o interesse dado ao que Micelhe Perrot chama de “poética dos lugares”.

Mas que lugares/espços são esses, se o lugar das mulheres no espaço público sempre foi problemático? Ao menos no mundo ocidental, o qual, desde a Grécia antiga, pensa mais energicamente a cidadania e constrói a política como o coração da decisão e do poder.

Os gregos conceberam a idéia de cidadania com um atributo de homens livres, que seriam aqueles indivíduos que estariam aptos para as atividades políticas, ficando as mulheres, os escravos e os servos relegados à margem dos assuntos e da vida pública. As mulheres eram temidas de entrar na vida pública, pois eram tidas como mais selvagens, instintivas e mais sensíveis do que racionais, dessa maneira, colocando-se como uma ameaça ao mundo racional masculino. Indicando a existência de uma relação imagética de uma idéia de desordem.

Michel de Certeau distingui o espaço e o lugar determinando “campos” entre eles. Ele vê o “lugar” como uma ordem (seja ela qual for), segundo a qual distribuem-se elementos que ditam as relações de coexistência entre os indivíduos e as coisas. Dessa maneira, está excluída a possibilidade de duas coisas ocuparem o mesmo lugar, situando cada indivíduo, cada coisa em seu lugar “próprio” e distinto. Esse lugar teria o poder de definir tal pessoa ou coisa.

Sendo assim, ainda segundo Certeau: “um lugar é, portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.” Já o “espaço”, seria o efeito produzido pelas operações que o orientam, lhe dão circunstâncias, que o temporalizam e o levam a funcionar de forma a estabelecer relações em suas esferas. Então, o espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, seria o exercício praticado, efetuado, demarcado discursivamente.

Contudo, não cabe mais a separação entre o público e o privado enquanto domínios especificadores do gênero e como determinante da importância e do status social, uma vez que, sem mudanças na vida pessoal e doméstica não se pode haver mudanças na vida política, pois os problemas da vida privada cotidiana das mulheres são também problemas políticos.

Nessa construção dos papéis sociais de homens e mulheres é perceptível uma dualização entre racionalidade/irracionalidade e força/passionalidade. O poder e a política estão relacionados à força e a razão, atributos relacionados com o masculino. Era a constituição de uma cidadania, enquanto direitos e deveres, e que confirma o lócus das mulheres à margem desse processo, pois a feminilidade, que está

diretamente ligada ao irracional e ao passional não “combinavam” com o poder e a política.

A filósofa Marcia Tiburi defende que a ausência de mulheres “notáveis” na história em geral está diretamente ligada a essa feminilidade enquanto uma construção patriarcal.

A inexistência de mulheres notáveis na história do pensamento, da ciência e das artes sempre poderá ser explicada como efeito do patriarcado que estruturou as relações de poder na civilização.

Não é o caso de escrever algo como um “pensamento feminino” compensatório do tempo perdido por oposição ao pensamento de um algoz fálico. [...] Talvez seja o caso de, antes, implodir o feminino e, com ele, o masculino para desmistificar o gênero e promover a individualização, o caráter único da vida de cada um no contexto de uma humanidade pensada, esta sim, como ser genérico.

Sendo assim, o estudo de gênero enquanto indivíduos isolados de cada sexo não cabe dentro de uma abordagem que pretende estudar as relações de poder dentro da construção da cidadania e de modelos alternativos de cidadania e colocação social.

“Se as mulheres haverão de participar plenamente, como iguais, na vida social, os homens haverão de compartilhar por igual na educação dos filhos/as e outras tarefas domésticas. Enquanto as mulheres forem identificadas com este trabalho 'privado', seu status público sempre será debilitado. Esta conclusão nega – como se pode deduzir – ao fato biológico de que são as mulheres, e não os homens, as que parem as criaturas; o que é negado é o suposto patriarcal em virtude do qual o fato natural pressupõe que unicamente as mulheres podem criá-las [...] isto pressupõe algumas mudanças radicais na esfera pública, na organização da produção, e no que entendemos por 'trabalho' e na prática da cidadania.”

Portanto, a História de Gênero não pode abordar os sexos em separado e homogêneos em sua essência onde “homem e mulher continuam sendo unidades, identidades, essências”, mesmo que historicamente e culturalmente produzidos. Ou seja, a construção da identidade feminina e da masculina é fruto da sociedade nas quais elas foram criadas.

Durval Muniz em seu livro: Nordeste: uma invenção do falo, aparenta seguir na contramão do discurso da História de Gênero ao afirmar que não só as mulheres estariam excluídas das narrativas históricas, mas também o estariam os homens enquanto categoria e vai além ao afirmar que isso se deve ao fato da preponderância do feminino dentro das discussões de gênero.

Contudo, uma análise mais profícua da abordagem de Durval, mostra que o importante não está em elevar categorias (leia-se sexos) a um lugar de sobreposição de uma hierarquia social, mas que deve-se fazer uma crítica a essa tão persistente divisão binária e heterossexual que acaba por não perceber o “ser homem e o ser mulher como multiplicidades, inclusive sujeitas a transversalidades, ambigüidades e indiferenciações”.

Dessa maneira faz-se necessária uma análise da história das mulheres que passam a transitar e agir em espaços que historicamente lhes são negados ou não recomendados e de como, a partir dessas novas “incursões”, criam-se rupturas com a ordem que é secularmente estabelecida e faz repensar as rígidas limitações das relações de poder.

Sendo assim é mais uma vez destacada a importância dos estudos da História de Gênero pois ela combina as relações sociais entre os sexos, com outros campos explicativos, afim de buscar uma compreensão mais completa que é ricamente alimentada pela experiência subjetiva, que transforma a ideologia em ação, assim como as suas conseqüências nas comunidades, nações e impérios.

Esse tipo de História necessita de fatos sobre as mulheres enquanto mulheres e sobre os homens enquanto homens, não mais isolados, fixos em seus lugares históricos, mas se relacionando, se influenciando e produzindo a “História dos Gêneros”.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: uma invenção do falô – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920 – 1940)**. Maceió: Edições Catavento, 2003.

BOURDIER, Pierre. **O Poder Simbólico**. 10ª ED. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

BURKE, Peter. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In: **BURKE, Peter (org) A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo. UNESP. 1992.

BUTLER, Joan. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre as Práticas e as Representações**. Rio de Janeiro, 1985.

COLLING, Ana. **A Construção Histórica do Feminino e do Masculino. In: Gênero e Cultura: questões contemporâneas.** Porto Alegre EDPUCRS, 2004.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano.** Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: NAU, 1996.

FREUD, S. **A feminilidade: Novas Conferências Introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos.** Rio de Janeiro, Imago, 1994.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARRIS-KESSLER, Alice. **Que é história de Gênero hoje? IN Que é a História Hoje.** Cord. David Cannadine. Lisboa, Gradiva, 2006.

MICHEL, Andrée. **O Feminismo – Uma abordagem Histórica.** Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres. IN Peter Burke (org.), A Escrita da História: novas perspectivas,** São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Revista Educação e Realidade.** Porto Alegre: v.20, nº2, jul-dez 1995.

SCOTT, Joan, TILLY, Louise e VARIKAS, Eleni. **“Debate” IN: Cadernos Pagu - desacordos, desamores e diferenças (3).** Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1994, 11-84.

SOIHET, Rachel. **Enfoques feministas e a história: desafios e perspectivas. IN: MATOS, Maria Izilda. Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas da historiografia contemporânea.** São Paulo, PUC, 1997.

OAKESHOTT, Michael. **Sobre a História e Outros Ensaios.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2003

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história - operários, mulheres, prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Mulheres Públicas.** São Paulo: Editora UNESP, 1998.

TIBURI, Márcia. **Mulheres e Filosofia.** Revista Cult. Maio de 2007.